

Crise e morte do “socialismo real”*

Oswaldo Coggiola
Universidade de São Paulo
coggiola@usp.br

Resumen

El presente artículo es un análisis de la evolución de la estructura social y económica de la Unión Soviética, desde la segunda posguerra hasta su caída en 1991. Explora con datos y estadísticas la potencialidad de un estado obrero y la economía planificada, así como los problemas de su limitación territorial (socialismo en un solo país) y la burocratización que se consolidó a partir del régimen de Stalin.

* Una versión similar del presente artículo se encuentra en el libro del autor *O capital contra a história. Gênese e estrutura da crise contemporânea*. Editorial Xamã, 2002.

Em 1938, Leon Trotsky, já então banido da URSS, escreveu *no Programa de Transição* acerca da experiência do primeiro estado revolucionário vitorioso e da sua degeneração burocrática:

“A União Soviética saiu da Revolução de Outubro como um Estado Operário. A estatização dos meios de produção, condição necessária do desenvolvimento socialista, abriu a possibilidade de um crescimento rápido das forças produtivas. O aparelho de Estado Operário sofreu, entretanto, uma degenerescência completa, transformando-se de instrumento da classe operária em instrumento de violência burocrática contra a classe operária e, cada vez mais, em instrumento de sabotagem da economia”.

Trotsky desenvolveu um aspecto até então pouco abordado na literatura marxista: o da natureza, tendências e dinâmica da burocracia num Estado operário, que embutia a própria contradição da situação histórica: um Estado em cuja base econômica se encontravam as conquistas da revolução proletária de outubro de 1917 (nacionalização da indústria e do solo, monopólio do comércio exterior, planejamento econômico centralizado) mas politicamente dirigido por uma burocracia, órgão por sua vez da pressão da burguesia mundial no interior desse Estado.

A perspectiva traçada por Trotsky partiu dessa contradição:

“O prognóstico político tem um caráter de alternativa: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado Operário, destrói as novas formas de propriedade e lança o país no capitalismo; ou a classe operária esmaga a burocracia e abre uma via para o socialismo”.

Meio século depois, o velho aparato estatal da URSS quebrou-se, com a queda do governo do Partido Comunista (PCUS). Em seu lugar surgiu um sistema estatal de retalhos, que oscilou entre uma desintegração completa e uma ditadura cívico-militar baseada nas forças políticas, oriundas na antiga burocracia “comunista”, mas partidárias da restauração capitalista, que enfrentaram a tentativa de golpe de estado da KGB (polícia política da URSS) de 1991. Na URSS culminara um longo trabalho de destruição das conquistas sociais da Revolução de Outubro: os imensos recursos da propriedade estatizada e da planificação econômica tinham servido à burocracia política para dar um impulso inicial à expansão das forças produtivas, porém, sobretudo, para satisfazer suas próprias necessidades sociais.

Enquanto se tratou de um crescimento em extensão ou de saltar as primeiras etapas da industrialização, a burocracia pareceu jogar um papel progressivo, às custas de enormes sacrifícios e desperdícios. Mas quando teve que entrar num desenvolvimento mais complexo e sofisticado, o despotismo burocrático revelou seus limites absolutos: sem liberdade política não havia liberdade de criação, e sem esta era impossível o desenvolvimento econômico. A medida em que se foi acentuando o estancamento, e logo o retrocesso, os gastos inúteis em benefício próprio, o açambarcamento e o saque cobraram alturas gigantescas. Muito antes da *perestroika*, a planificação econômica havia perdido seu conteúdo e o mesmo caberia dizer da propriedade estatal. A saúde continuava sendo juridicamente considerada como um direito inalienável dos cidadãos soviéticos, porém nos hospitais não havia medicamentos nem leitos e, embora a produção agrícola crescesse em alguns ramos, os produtos não apareciam no mercado. Em 1991, a burocracia estatal proclamou-se partidária do capitalismo, mudou de ideologia para expressar seus interesses. Mas a mudança ideológica não era um detalhe secundário, pois expressava a mudança da situação histórica.

Na década de 1980, a crise da propriedade estatal na URSS foi confirmada pelo testemunho de alguém tão insuspeito de "trotskismo" quanto Mikhail Gorbachev, no momento de lançar a *perestroika*: "Teríamos de modernizar a produção utilizando equipamento antiquado e obsoleto. Demos uma olhada no equipamento que possuíamos, e vimos se ele satisfazia ou não os padrões mundiais. Apenas uma pequena parte se encontrava naquele nível". Diante do que,

"aceitamos a política de *détente* com esperanças deslumbrantes demais. Muitos pensaram que ela fosse irreversível e ofereceram possibilidades ilimitadas, especificamente para a expansão das relações econômicas com o ocidente. Até mesmo suspendemos algumas pesquisas e aperfeiçoamentos tecnológicos, contando com a divisão internacional do trabalho e pensando em ser mais vantajoso comprar algumas máquinas do que fabricá-las em casa. Mas o que aconteceu? Fomos seriamente punidos. Veio um período de suspensão do comércio, boicotes, proibições, restrições".

O resultado duradouro da industrialização da URSS foi a burocratização do aparelho produtivo: empresas gigantes de dois tipos, combinados e *trusts* (em 1940, 640 *trusts* geriam 573.000 estabelecimentos), com cada ramo industrial sendo controlado por um ministério especial, perfazendo 52 ministérios industriais no total. O comércio controlado pelo Estado passou de 13% das lojas (1929) para 75% (1937). O lado negativo desta centralização verificar-se-ia ao se tornar evidente que a burocracia carecia não só de meios de controle democrático *sobre* ela, mas também *dentro dela*. Quanto à expropriação do campesinato "abastado", ela foi realizada de maneira tão brutal e burocrática, que a ruptura foi paga por uma burocratização na economia e nas relações agrárias equivalente àquela existente na indústria.

Com a morte de Stálin, a 5 de março de 1953, a União Soviética promoveu certas medidas de liberalização, como a anistia a algumas categorias de presos políticos, e começou a modificar o programa de maciços investimentos na indústria pesada, em favor da produção de bens de consumo e da agricultura. O perigo estava menos no crescimento mais lento do que na ausência de concordância entre as diversas partes da economia. Como uma ilustração dessa tese, em 1959 o setor de bens de produção projetou crescimento de 8,1% e realizou 12%; em 1963, ao contrário o setor de bens de consumo projetou 6,3% e realizou 5%. O economista soviético Abel Aganbeguian confirma:

"Em um período quinquenal típico do pós-guerra, a aplicação básica de recursos e investimentos em infraestrutura aumentou uma vez e meia, a extração de combustíveis e matérias-primas cresceu 25% a 30%, e 10 a 11 milhões de novos trabalhadores foram recrutados, dos quais grande parte foi transferida para os novos setores de produção. Esta tendência marcou todo o período entre 1956 e 1975".

Na própria URSS o índice de crescimento econômico passou de 8,3% em 1959 para 4,5% em 1963. A envergadura da crise não se traduzia totalmente nas cifras, pois o problema de relação entre os elementos da produção e as diversas partes da economia era a própria essência de "economia socialista".

A questão internacional mais grave era a unidade alemã (sem esquecer os crescentes atritos com o PC chinês, que motivaram a ruptura daquele com o PCUS, em 1960, seguida de ameaças nucleares russas contra a China): a divisão da Alemanha simbolizava a própria divisão da Europa, e era um fator de distorção da luta de classes internacional, substituída pela luta entre "blocos" ou aparelhos estatais. A construção do "muro de Berlim" foi, para a camada dirigente do "bloco socialista", tanto uma garantia de sobrevivência quanto de coexistência com o bloco adversário. O aparelho burocrático-estatal

constituído na República Democrática Alemã, sob tutela direta da URSS, foi um claro elemento de chantagem: a URSS, sem concluir um tratado de paz separado, assinou só em junho de 1964 um tratado de amizade com a RDA, enquanto mantinha uma forte presença militar no país, que se prolongou até a década de 1990, isto é, quase meio século depois do fim da guerra mundial. Na revolta dos operários de Berlim oriental, em 1953, foi reclamado “um governo metalúrgico” (operário), para toda a Alemanha, revolta esmagada pelas tropas russas com a conivência da RFA. O crescimento econômico posterior da RDA, baseado na estatização da economia e no enorme potencial produtivo dos territórios alemães ocupados pela URSS (com um dos maiores produtos *per capita*, a RDA chegou a ser a décimo primeira economia do mundo, com apenas 17 milhões de habitantes) não encurtou o abismo entre o regime burocrático e os trabalhadores, tendo aumentado a diferenciação social entre ambos. De 1947 a 1961, 2 milhões 700 mil trabalhadores abandonaram a RDA.

Desde muito antes da *perestroika* o espetacular crescimento da produção no “bloco socialista”, especialmente na URSS, era questionado, levando em conta a qualidade da produção e a relação entre os diversos ramos econômicos. As raízes do ulterior colapso da URSS e do “bloco socialista” não foram só “externas” (a concorrência tecnológico-militar contra o mundo capitalista), mas sobretudo internas: a anarquia burocrática e a opressão política e cultural se combinaram para criar um atraso econômico relativo crescente da URSS (isto enquanto se afirmava irresponsavelmente estar entrando na “fase superior do comunismo”) e uma também crescente oposição de quase todas as camadas sociais ao poder burocrático. A questão das “novas tecnologias da informação” oferece um bom exemplo: o exército se reservava o uso de um parque de computadores muito inferior ao dos EUA (4 a 6 mil computadores em 1970, contra 70 mil dos EUA) prejudicando as empresas. Mas o problema fundamental era a crescente oposição entre a burocracia e a população trabalhadora do “bloco socialista”, que atingiu um ponto de virada, de grande impacto internacional, na crise húngara de 1956.

A revolução húngara foi o movimento insurrecional dos trabalhadores para acabar com uma casta totalitária e privilegiada que usurpava o nome de comunista. Fiel a essa manipulação, os burocratas a acusaram de pró-imperialista, e de restauradora da propriedade privada, como se não tivessem sido os responsáveis pela destruição da economia estatizada, ao usá-la para seu enriquecimento pessoal. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, a Hungria foi ocupada pelas tropas do Kremlin, o qual instalou, a partir de 1948, um regime estatal que impunha o terror totalitário contra todas as classes da população, inclusive o proletariado, realizando ao mesmo tempo uma estatização completa da grande indústria. Para formar uma barreira defensiva contra o imperialismo e contra a revolução, a burocracia russa interviu na Europa central, estrangulando a ascensão revolucionária que se seguiu à derrota dos hitleristas, a partir de 1943. Houve diversas tentativas fracassadas de reconstruir Estados burgueses “amigos” da URSS: a burocracia da URSS teve que expropriar, finalmente, a partir de cima, o capital. O Estado operário assim montado foi, desde o início, um regime totalitário e burocrático, que possuía esta outra característica: era um regime de violação da autodeterminação nacional, pois operava como agência da burocracia de Moscou.

Até 1952-53, a crise deste regime chegou a extremos de explosão. Entre 1949 e 1953 o poder aquisitivo da população húngara havia caído entre 17% e 20%, como consequência de uma política de industrialização sem limites (em detrimento dos bens de consumo) e da coletivização forçada dos pequenos camponeses. Em 1949 apenas 2,7% das terras cultiváveis estavam nas mãos das cooperativas; em 1953 já eram 27,4%. A renda de

uma família camponesa havia caído de 5032 a 3227 *florins* entre 1949 e 1952. Este processo sustentou-se em um terror político de tamanhas proporções, que não só paralisava a vida do país, como infundia o pânico na própria burocracia. Seus líderes Rakosi e Erno Gëro montaram, em 1952, por ordem de Stálin, os "processos Rajk", que dizimaram a velhos defensores incondicionais do stalinismo, sob suspeita (e calúnia) de titoístas. Logo após a morte de Stálin (1953), formou-se um novo governo, encabeçado por Imre Nagy, que tentou uma certa liberalização (concessões aos pequenos camponeses, reconvocação do Parlamento) aprovada pela URSS. A crise da "destalinização" na própria URSS levou a um corte nesse processo. O "reformador" Nagy caiu (suas medidas renovadoras não agradaram ao aparato totalitário, em especial à polícia secreta), voltou o ultrastalinista Rakosi, cujo ministro do interior – Farkas - entrou para a história como símbolo da repressão. Mas a experiência reformista-burocrática não tinha se esgotado, despertando grandes ilusões populares. A crise no PC húngaro (Nagy e seus partidários foram excluídos ou punidos do mesmo) foi apenas um aspecto das tensões sociais. No movimento operário crescia o descontentamento contra os baixos salários e o aumento dos ritmos de trabalho. A repressão cultural provocava protestos dos estudantes e dos intelectuais. A repressão burocrática em todas as suas formas tornou-se insuportável, sobretudo depois das ilusões despertadas pela "reforma" abortada. Uma crise de ordem similar levou a uma grande mobilização na Polônia, iniciada em meados de 1956, que desembocou na criação de Conselhos Operários (Cf. Babeau, 1960).

O "reformador" polonês Gomulka, que havia sido excluído do aparato stalinista e encarcerado, foi libertado e chamado ao poder, conseguindo finalmente canalizar o movimento. Mas em seu momento de auge, a mobilização polonesa serviu de detonador da crise húngara. Os estudantes de Budapeste convocaram para 23 de outubro uma manifestação de solidariedade para com a Polônia. O governo a proibiu inicialmente, mas acabou autorizando-a (quando já se havia iniciado). Trezentos mil manifestantes exigiram a demissão do governo, e expressaram seu apoio aos operários poloneses. Era a crise total. Gëro -substituto apressado de Rakosi- caiu. O CC do PC chamou Nagy para governar. A revolução tinha começado. Na noite de 23 de outubro a mobilização continuou. O que sobrou do governo ordenou a repressão: esta não faz mais do que desatar uma verdadeira insurreição, que se estendeu rapidamente às províncias. As tropas enviadas para reprimi-la confraternizaram com os operários e com a juventude mobilizada. Os governos locais caíram, literalmente, aos pedaços. Os membros da polícia política foram perseguidos e aprisionados, quando não diretamente executados. No decorrer de um dia, todo o país se levantava contra o poder stalinista. O último recurso repressivo eram as tropas russas estacionadas na Hungria. Estas intervêm em Budapeste, mas a resistência dos insurretos é violenta. Além disso, essas tropas (das quais alguns destacamentos estavam há vários anos na Hungria) não tardaram em confraternizar também com os trabalhadores. O próprio Kremlin aconselhou que se deixasse de utilizá-las - quando de seu retorno à URSS, muitos de seus membros serão enviados a campos de concentração (alguns chegaram a escapar e a organizar guerrilhas).

Por seu programa e seus métodos, tratava-se de uma revolução proletária, das mais profundas que se conheceram. Os operários elaboraram suas reivindicações: igualdade salarial, direção operária das fábricas e da economia, destituição dos burocratas e fim de seus privilégios. Em todas as partes se reclamava o fim da exploração do país pela burocracia do Kremlin: que se tornassem públicos os contratos comerciais (leoninos) com a URSS, que as relações com esta se estabelecessem em um pé de igualdade. Para levar a cabo este programa, surgiram as instituições típicas da revolução operária: os *conselhos operários* de delegados revogáveis, eleitos em seus locais de trabalho. Os conselhos orde-

naram a mobilização operária, que em poucos dias havia recorrido a todos os métodos que lhe são próprios: greve, ocupação de fábrica, manifestação, agitação e confraternização com a tropa, assalto a quartéis e arsenais, armamento do proletariado (Cf. Manuel, 1976). Os conselhos se viram, além do mais, de imediato confrontados com o problema do poder: eram a única autoridade de massas, e em muitas localidades o governo burocrático desapareceu, deixando-os como o único poder existente. Entre a maioria dos trabalhadores, incluindo seus dirigentes, prevaleciam as ilusões no setor “reformador” do PC (Nagy). Este assumiu o governo, depurando-o dos velhos elementos “rakosistas” (agentes diretos de Stálin). As ilusões influíram decisivamente na perspectiva do movimento, mas não alteraram em nada seu caráter objetivamente proletário e revolucionário.

A revolução não necessitou de decreto algum para instaurar a plena liberdade política. Ao calor dela, todos os velhos partidos políticos húngaros reapareceram: socialdemocratas, burgueses e até grupos monárquicos. Isto não tem nada de surpreendente, se levarmos em consideração que a experiência das massas com relação a esses partidos foi cortada policialmente pelo stalinismo, que os dissolveu para instaurar seu próprio monopólio político (nas primeiras eleições do pós-guerra, o PC conseguiu pouco mais de 10% dos votos), ao mesmo tempo em que proibiu toda representação operária independente. Mas a reorganização dos partidos burgueses foi um dos fenômenos superficiais da revolução, cujo produto real foi a organização dos conselhos operários. A influência desses partidos nos conselhos era praticamente nula: os conselhos destacaram em todos os momentos sua independência de todos os partidos (PC incluído) e seu caráter de representação autônoma dos operários. Se deixamos de lado os monarquistas (que se dividiram), que postulavam a volta à Idade Média (volta do rei e instauração de um sistema de castas), os partidos burgueses não questionaram o monopólio político do PC. Inclusive o símbolo da reação conservadora, o cardeal Midszenty, recentemente libertado (assim como todos os presos políticos) faria um chamado à moderação e ao respeito às leis. Nagy incorporou os principais partidos a um governo de coalizão, onde estes reconheceram a preponderância política do PC. A reivindicação de eleições livres, colocada pelos conselhos operários, não foi em momento algum sustentada pelos partidos burgueses. Contra a tenaz lenda stalinista, a conduta destes se orientou no sentido de salvar o que restava do poder burocrático. Os verdadeiros partidários da volta ao velho regime (a extrema direita que sustentou o governo fascista de Horthy, no entre-guerras) foram liquidados pelos operários: seu jornal foi o único que não circulou durante as semanas revolucionárias, porque os tipógrafos se negaram a imprimí-lo: mobilização operária mostrou ser o único caminho para liquidar a influência dos partidários da propriedade privada na Hungria.

Imre Nagy, depositário de todas as aspirações das massas, negou-se a tomar o poder para impulsionar a fundo a insurreição: esperou que o PC húngaro o chamasse para governar. Mas empenhou-se em uma reforma, a fundo, do partido e do Estado stalinistas, imposta pelos fatos: a dissolução da polícia política, a depuração de todos os elementos pró-Rakosi (chegou a mudar o nome do partido comunista), o reconhecimento dos comitês revolucionários e dos conselhos operários. Apenas para ganhar tempo, o Kremlin manteve conversações com seu governo. Os “reformadores” operaram, então, uma verdadeira ruptura com o stalinismo, mas sempre a meio caminho da revolução: até o final de seu governo, proclamaram a independência da Hungria, rompendo com o Pacto de Varsóvia (aliança militar celebrada entre a URSS e os países da Europa oriental, sob pretexto de se contrapor à OTAN com que os EUA tinham posto a Europa sob a sua custódia militar: o Pacto de Varsóvia, na prática, foi um instrumento de repressão

dos trabalhadores da Europa do leste) mas não chamando à solidariedade revolucionária internacional, e sim com ilusões de que a "neutralidade entre os blocos" (capitalista e socialista) os salvaria.

Um dos principais dirigentes do governo Nagy - János Kadar, que já havia sido secretário-geral do partido comunista - formou, instigado pelo Kremlin, um governo paralelo para justificar um pedido oficial de invasão. A invasão russa se deu em 4 de novembro: os tanques russos eram conduzidos por soldados de origem asiática, selecionados para não poderem comunicar-se com a população húngara. Em sua última intervenção pública, Nagy chamou a população húngara à resistência. Os conselhos operários organizaram-se para a defesa militar, junto com boa parte das tropas húngaras. A resistência durou dez dias. As tropas do Kremlin agiram com uma violência extraordinária: 80 mil operários e estudantes morreram durante os combates. A burocracia russa traçou, a partir de então, um histórico abismo de sangue com os povos da Europa do Leste.

O "reformador" Nikita Krushev deu a ordem para a repressão, e poucos anos depois, no meio da ruptura sino-russa, se ilustraria ameaçando apontar o arsenal nuclear soviético contra a China: a política internacional marcou os limites da "reforma por cima" da burocracia, e antecipou seu fracasso. Mas nem a selvagem repressão conseguiu conter a revolução. Finalizados os combates, formou-se um só Conselho Operário de toda Budapeste. Poucos dias depois se convocou uma reunião nacional de conselhos operários. Na maioria das cidades, apenas os dois verdadeiros protagonistas ficaram frente a frente: as tropas russas e os conselhos. Estes reivindicaram a liberdade dos presos políticos, a volta de Imre Nagy e a retirada das tropas russas. Mas sua centralização nacional foi tardia, e seu combate foi de retaguarda: pretendiam só a volta à situação anterior, e ainda menos do que isso (em pouco tempo renunciaram a reivindicar a volta de Nagy). Buscaram depois uma saída de compromisso com o governo stalinista: Kadar o sabia e decidiu não afrouxar (em uma reunião com uma delegação dos Conselhos chegou a dizer que não lhe importava o apoio dos operários, pois tinha o de 200.000 soldados russos). A 10 e 11 de dezembro se produziu uma massiva greve geral, contra as prisões e a dissolução do Conselho Operário Central, decretada por Kadar. Era o último estertor da revolução: no dia seguinte, os principais dirigentes dos conselhos foram presos.

Vencida pela fome, pelo frio e pela desmoralização, mais do que pelos tanques russos, a classe operária não reagiu. Logo veio a onda de fuzilamentos que exterminou Imre Nagy, a esquerda do PC e o melhor do proletariado húngaro. Em meio aos seus últimos combates, os conselhos operários se dirigiram à classe operária mundial: os trabalhadores húngaros chegaram à conclusão de que o proletariado de todos os países era seu único aliado possível. Os operários húngaros lançaram todas as suas forças e verteram o seu sangue para derrotar a burocracia. Na luta contra a burocracia a Hungria demonstrou que os trabalhadores só poderiam confiar em suas próprias forças, dirigir-se resolutamente até à destruição do Estado burocrático, substituindo-o pela representação direta dos operários. Os conselhos operários não chegaram a esse ponto, limitaram-se a pedir ao Estado seu reconhecimento como representação dos operários. Durante um breve intervalo o conseguiram, até que a contrarrevolução demonstrou a incompatibilidade total entre a burocracia e toda organização operária independente (ainda que ela se autolimitasse, como aconteceu na Hungria).

Para que os Conselhos se dirigissem ao poder, centralizando-se nacionalmente e colocando a defesa internacional da revolução, teria sido necessária a existência, em seu seio, de uma fração que lutasse conscientemente por esse objetivo. Em meio aos combates

contra os tanques russos, o Conselho Operário de Dunantentepele dirigiu uma mensagem aos soldados da URSS, em 7 de novembro de 1956 (39º aniversário da Revolução de Outubro):

“Soldados! Seu Estado foi criado ao preço de um combate sangrento para que vocês obtenham a liberdade. Por que querer esmagar nossa liberdade? Vocês mesmos podem ver que não são os donos das fábricas, nem os grandes proprietários, nem os burgueses que tomaram as armas contra vocês, e sim o povo húngaro que combate desesperadamente pelos mesmos direitos pelos quais vocês lutaram em 1917. Soldados soviéticos, vocês mostraram em Stalingrado como sabiam defender seu país. Soldados, não usem suas armas contra a nação húngara!”.

Não só as conquistas, mas também as tradições do Outubro vermelho não tiveram melhor defensor do que os operários organizados. Um quarto de século depois, na Polônia, o mesmo impasse histórico se repetiria, mas em condições de crise mundial e de crise do poder burocrático incomparavelmente maiores.

A *perestroika* teve como antecedente real foi o “degelo” de Krushev, posterior à morte de Stálin (1953), não apenas pelo relaxamento repressivo (a abertura dos campos de concentração promovida pelo sucessor do ditador) mas também pelas medidas econômicas e políticas adotadas. As reformas econômicas de Krushev se orientaram no sentido da descentralização econômica, com a criação dos *sovnarkhozes* (conselhos econômicos regionais) em parcial substituição do *Gosplan* (Conselho Econômico do Estado): em 1957, foram definidos 105 *sovnarkhozes* (70 para a Rússia, 11 para a Ucrânia, 9 para o Cazaquistão). A tentativa de desburocratizar o aparelho econômico (para aumentar a sua eficiência) foi paga com um notável recuo no planejamento, pois foi suprimido o indicador “volume da produção global”. Por outro lado, saiu fortalecida do processo a burocracia empresarial, pelo reforço dos direitos dos diretores de empresa. A “modernização” revelou-se bastante rapidamente como incapaz de desburocratizar em profundidade e aumentar a eficiência da economia: em 1977, uma enquete oficial concluía que “só alguns indivíduos isolados se opõem à ideia de escolher a direção da empresa: 76% dos que a apoiam acham que assim a produção seria mais eficiente”. Mas a escolha dos dirigentes manteve-se em mãos das altas esferas político-partidárias.

O grande ônus, e de modo crescente, era a corrida armamentista: em 1955, os EUA consagravam 10% do seu PIB à produção de armamentos, sendo a percentagem para a URSS de 14%. Estas cifras, oficiais, por outro lado, parecem ter estado muito aquém da realidade: se a CIA continuava convencida, ainda em 1976, de que a URSS não consumia mais do que 15% do seu PIB em gastos de defesa, o físico dissidente Andrei Sakharov, um dos pais da bomba atômica soviética, estimava esses gastos em 40% do PIB. É necessário, por isso, lembrar que foi Krushev quem iniciou as concessões políticas internacionais e estratégicas aos EUA, com vistas a relaxar essa pressão insuportável sobre a economia soviética, ao passo que mantinha um enorme aparelho militar convencional que, no quadro do Pacto de Varsóvia, estava, como foi dito, mais orientado a ameaçar as repúblicas da URSS, a Europa oriental e a China. A “corrida armamentista” manteve-se em nome de uma suposta “paridade estratégica”, que a direção do PCUS se manifestou disposta a abandonar já desde 1955 (isto é, pouco tempo depois de ter obtido acesso ao armamento nuclear) quando apoiou o memorando anglo-francês sobre armas nucleares, já aprovado pelos EUA.

É necessário também desvendar o mito da “paridade estratégica”: todos os acordos sobre armas estratégicas, além de manterem a corrida (e, portanto, o fator de desagregação da economia soviética) basearam-se na concessão de uma “vantagem estratégica”

camuflada aos EUA e ao ocidente capitalista. O acordo SALT 1 limitava os mísseis intercontinentais a 1.054, para os EUA, contra 1.618 para a URSS; 44 submarinos atômicos para os EUA (com 710 mísseis) contra 62 (com 950 mísseis) para a URSS, deixando, no total, à URSS com 4000 megatons, e aos EUA com... 4450 (sem contar as forças europeias). Isto foi possível graças ao avanço tecnológico dos EUA que, de passagem, aproveitavam as cifras do número total de ogivas (ignorando as do poder destrutivo total) para denunciar o "expansionismo soviético" e promover o seu próprio "complexo industrial militar". As dificuldades crescentes da gestão da produção foram tornando irreais todo planejamento real do desenvolvimento das forças produtivas, a começar pelo planejamento da qualificação profissional da força de trabalho.

Diferenças entre o plano e o número real de estudantes formados 1946 – 1950

<i>Especialidade</i>	<i>Demanda (em milhares)</i>	<i>Formados</i>	<i>Superávit/D éficit (em %)</i>
Engenheiros mecânicos	40,3	33,1	-17,9
Eletricistas	11,1	17,0	+54,0
Metalúrgicos	7,0	7,0	-
Engenheiros em minas	9,7	13,0	+34,0
Técnicos químicos	13,2	11,0	-17,0
Engenheiros da indústria da alimentação	5,0	10,8	+116,0
Engenheiros na indústria leve e têxtil	4,5	4,3	- 4,0
Economistas	13,6	4,8	-66,0
Outros especialistas	15,6	9,2	-41,0
Total	120,0	110,2	- 8,4

Fonte: Mervyn Matthews. *Class and Society in Soviet Russia*. Londres, 1972.

Na indústria, também acontecia um processo de diminuição, relativa ou absoluta, da produtividade, que se tentou resolver através do incremento das importações do ocidente, o que provocou o aumento do endividamento externo, como o revela os quadros que seguem.

Parte importada do investimento novo em máquinas (em %)

Participação das máquinas e equipamentos importados no investimento produtivo novo em máquinas e equipamentos. Participação do Ocidente e de outros fornecedores (leste principalmente) nas importações soviéticas totais de máquinas e equipamentos

Participação das máquinas e equipamentos importados no investimento produtivo novo em máquinas e equipamentos		Participação do Ocidente e de outros fornecedores (leste principalmente) nas importações soviéticas totais de máquinas e equipamentos	
		Ocidente	Outros
1959	16.6	21.7	78.3
1960	21.4	27.2	72.8
1961	21.4	27.1	72.9
1962	21.8	26.7	73.3
1963	20.0	23.9	76.1
1964	19.2	23.3	76.7
1965	20.2	19.0	81.0
1966	19.3	21.8	78.2
1967	21.1	23.0	77.0
1968	23.7	25.8	74.2
1969	22.5	25.9	71.1
1970	19.8	26.7	73.3
1971	18.8	24.1	75.9
1972	22.6	24.5	75.5
1973	22.2	26.8	73.2
1974	22.2	31.9	68.1
1975	27.1	39.9	60.1

Fonte: Georges Sokoloff. *L'Economie de la Détente. L'URSS et le capital occidental*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983.

O balanço da política de abertura externa foi o agravamento dos velhos problemas de gestão, num quadro social novo, em que a diversa composição de classe se realizava através de uma crescente diferenciação social.

A estrutura de classes da URSS

Classe	1913	1924	1928	1937	1939	1959	1968
Distribuição percentual							
Empregados	3.0	4.7	5.6	45.7	17.7	20.1	22.9
Trabalhadores	14.0	10.1	12.0		32.5	48.2	54.8
Camponeses coletivizados e artesãos em cooperativas	—	1.3	2.9	48.8	47.2	31.4	22.27
Camponeses individuais e artesãos independentes	66.7	75.4	74.9	5.5	2.6	0.3	0.03
Burguesia, terratenentes, comerciantes e kulaks	16.3	8.5	4.6	—	—	—	—
Distribuição numérica (milhões)							
População total	159.2	137.7	150.0	163.4	170.6	208.8	236.7

Empregados	4.8	5.2	8.4		30.2	42.0	54.1
Trabalhadores	22.3	15.2	18.2	18.0	55.4	100.6	129.8
Camponeses coletivizados e artesãos em cooperativas	—	1.8	4.4	79.7	80.5	65.6	52.7
Camponeses individuais e artesãos independentes	106.2	103.8	112.3	9.0	4.4	0.6	0.1
Burguesia, Terratenentes, comerciantes e <i>kulaks</i>	25.9	11.7	6.9	—	—	—	—

Fonte: Mervyn Matthews. *Op. Cit.*

Com imensas reservas naturais de matérias primas, especialmente em metais e energia, e de mão de obra, o desenvolvimento acelerado da ex-URSS foi garantido, até a década de 1960, pelo adição de maiores quantidades de fatores de produção, ainda que dentro de uma mesma função de produção, em um modelo extensivo de industrialização, enquanto aqueles fatores eram abundantes, e também pelo planejamento, ainda que burocrático, despótico e distante da sociedade. A estagnação crescente da economia e as desproporções cada vez maiores entre seus diversos setores evidenciaram a crise de gestão burocrática. As burocracias do Leste europeu precederam então à URSS na procura de uma saída para a crise através do entrosamento crescente com a economia ocidental. A URSS, porém, não ficou atrás: em 1959 os equipamentos importados pela URSS eram responsáveis por 16% do investimento global, em 1975, por 27%. Dentro destes equipamentos, em 1959, 2% provinham do ocidente; em 1976, 40%: a economia soviética viu-se lançada na via da dependência tecnológica crescente e do endividamento vis-à-vis das economias capitalistas. Em 1973, a URSS detinha 6,1% dos mercados ocidentais de produtos agrícolas, e 5,2% dos manufaturados. Em 1973, essas proporções tinham caído para 4,5% e 3,2%, respectivamente.

O questionamento de burocracia "por baixo" também cresceu, com uma resistência constante nas fábricas da URSS, e chegando a grandes levantamentos populares no Leste europeu: a URSS não permanecia alheia a esse processo: a revolta operária de Novotcherkass, em 1962, foi sufocada em sangue, só vindo a ser conhecida em 1973. Na URSS havia um proletariado renovado: em 1970, metade dos operários soviéticos tinham menos de 30 anos; em 1982, 85% das pessoas tinham recebido educação secundária (44% em 1970), tendo aumentado 12 vezes em dez anos o número de estudantes das escolas de nível médio, técnico e profissional. Moshe Lewin viu, posteriormente, nessas novas camadas sociais qualificadas a base social do que seria a *perestroika*. Sobre a base da propriedade estatal, a gestão burocrática não tinha impedido um grande desenvolvimento das forças produtivas na URSS e na Europa oriental. Mas quanto mais essas forças se desenvolviam, mais anacrônico parecia se tornar o domínio burocrático. Ideologicamente, a crise foi tomando a forma da "vitória do capitalismo", do "fim do socialismo" e, em termos econômicos, que aquela implicaria o afastamento de qualquer ideia de planejamento econômico por parte do Estado, em abraçar a ideia de autossuficiência do mercado para o desenvolvimento econômico, o progresso social e a regulação da economia, e isto mundialmente falando. A tarefa se viu facilitada pela censura às

informações exercida pelas autoridades soviéticas até pelo menos 1988, ou ainda pela inexistência, pouca confiabilidade ou falsificação das estatísticas oficiais na URSS. A primeira manifestação da inversão da dinâmica ascendente e da crise futura foi a desaceleração das taxas de crescimento econômico. Já na década dos 60, começaram os primeiros sinais de sérias contradições econômicas; a partir de 1971, instalou-se uma dinâmica de sucessivas quedas no ritmo de crescimento.

Taxa de crescimento anual médio da URSS

	(dados corrigidos)	
	1975-79	1980-84
Produção social bruta	2,64%	1,74%
Produção industrial	2,24%	0,63%
Produtividade na indústria	0,47%	-0,07%

Fonte: Jacques Sapir: Crises e mutações da economia

soviética, em: *La nouvelle alternative*, nº 4, dezembro 1986.

A queda na taxa de crescimento foi constante, do início dos anos 1970 até o final dos anos 1980. A tendência em direção à estagnação podia ser confirmada em números absolutos pelas quedas de produção, de carvão, em 1979, 1980 e 1981, de aço, em 1979, 1980 e 1982, máquinas-ferramenta em 1979, 1980 e 1981, para os automóveis em 1981 e 1982. Em 1985, houve queda generalizada na produção de petróleo, carvão, aço, papel, cimento e vários outros produtos. Aganbeguian, principal assessor econômico do governo Gorbatchev, chegou a afirmar que, descontando-se a elevação dos preços por pequenas mudanças da qualidade nos mesmos produtos, ou por mera substituição de produtos mais baratos por outros mais caros sem melhora na qualidade, a taxa de crescimento da economia teria sido zero entre 1981 e 1985. Não foi só na área industrial que se instalou uma dinâmica descendente. A desaceleração do crescimento econômico foi seguida de uma redução dos gastos em consumo. A má qualidade desses produtos por outro lado, as dificuldades de reparo, seja por falta de peças de reposição seja por excesso de burocracia, geravam sérios descontentamentos entre os consumidores, o que abriu as portas ao mercado negro. O aspecto mais perverso dessa contração econômica foi a quase estagnação da produção agrícola, especialmente de cereais, item no qual a URSS era dependente de importações massivas dos países capitalistas, o que implicava diretamente em estagnação relativa do nível de vida da população, aumentando o descontentamento já existente com a escassez permanente de vários produtos. Ficaram emblemáticas as longas filas de espera em frente às lojas de víveres e mantimentos, denotando oferta bem abaixo da demanda. Prioridades ditadas por interesses de estado implicaram em desequilíbrios sistêmicos entre os setores e desajuste crônico entre oferta e procura para a maior parte dos bens e processos.

Diferenças entre o plano e o número real de graduados em especialidades agrárias (1962)

Especialidade	Superávit ou Déficit (em %)
Agrônomos de campo	+10
Agrônomos (frutas e verduras)	+18
Agrônomos (pesticidas)	+62
Engenheiros mecânicos	-36
Engenheiros eletricitas	-53
Veterinários	-33

Fonte: *Kommunist* n° 4, Moscou, 1968, p. 53.

As consequências do desequilíbrio foram se tornando sensíveis na produção agrária, na qual a URSS foi rapidamente perdendo distância com relação aos países capitalistas avançados:

Produção média de batata por hectare (em quintais)

	1934-38	1956
URSS	86	104
EUA	78	197
Alemanha	166	236
França	113	175
Bélgica	201	237

O ápice da crise da URSS e demais países do leste europeu deu-se ao final da década de 1980. É preciso lembrar que desde meados da década anterior a economia capitalista mundial viveu um período de contração, depois do longo *boom* do pós-guerra. Apesar do isolamento e do embargo imposto ao país para produtos de alta tecnologia, na década de 80 a URSS era muito mais dependente do que nas décadas precedentes do mercado mundial, especialmente em alimentos, ração animal e máquinas avançadas. A alta do preço do petróleo a partir de 1973, levando à inflação, gerou um período de grandes oscilações na economia mundial, com depreciação nos preços das matérias primas, flutuações que impactaram severamente as vendas soviéticas para o exterior. Na década de 1980, 90% das exportações soviéticas para o mundo capitalista compunham-se de petróleo, gás, matérias primas e metais preciosos, sendo que petróleo e gás representavam sozinhos aproximadamente dois terços destas. Em função do atraso tecnológico e da baixa qualidade e competitividade de seus produtos manufaturados, portanto não utilizáveis no comércio internacional, a URSS respondeu à queda nos preços aumentando enormemente o volume de suas exportações, característica das economias "subdesenvolvidas", submetidas à depreciação nas relações de troca no mercado mundial.

Em 1986, deu-se novamente um novo desmoronamento nos preços do petróleo no mercado internacional e uma nova contração no comércio mundial. O valor global das exportações soviéticas baixou 8% em 1986 e mais 4% no primeiro semestre de 1987. De acordo com informes oficiais soviéticos, o comércio com os países capitalistas caiu mais, em termos percentuais, do que a queda ocorrida no comércio mundial como um todo. Somente entre 1985 e 1986, as exportações para os países capitalistas retrocederam 19,5% (em dólares), enquanto as importações caíram 23%. A redução no valor líquido das exportações limitou drasticamente a capacidade de importação, acentuando a escas-

sez de bens de consumo e produtos agrícolas. Por outro lado, já não estavam garantidos os recursos necessários à continuidade da importação de máquinas modernas para a renovação do parque produtivo. O aumento das exportações também desviou os recursos energéticos e matérias primas necessários aos novos investimentos na economia interna. Esses dois últimos fatores comprometeram ainda mais a continuidade de um modelo extensivo de crescimento. Além disso, o aumento das exportações de energia não afetava só o parque produtivo, como implicava em restrição ao consumo para a população, aumentando a escassez em um país de invernos rigorosos, onde esses bens são essenciais para aquecimento residencial. Escassez de alimentos, bens de consumo e energia e estagnação do crescimento econômico: eis os ingredientes econômicos explosivos, que estiveram na base da crise que desintegrou a URSS. Dois outros fatores, de caráter exógeno, ligados à contração na economia capitalista, aceleraram ainda mais a crise dos países do leste.

Como para boa parte dos “países em desenvolvimento”, o incremento do comércio externo do bloco do *Comecon* com o mundo capitalista tinha sido financiado por créditos bancários oriundos neste último. Estes países contraíram dívidas com os bancos ocidentais. Com a desaceleração no mundo capitalista e o maior risco de perdas, os bancos não só passaram a ser mais prudentes e rigorosos na concessão de empréstimos, como também elevaram os juros, abrindo para os países atrasados o que se convencionou chamar de *crise das dívidas externas*. Alie-se a isso a política de recuperação da hegemonia do dólar levada a efeito pelos EUA a partir da gestão Volcker no *Federal Reserve* dos EUA. Para os países do Leste europeu, e também para a URSS, a maior dificuldade na obtenção de financiamento, bem como a elevação dos juros, não só dificultou as importações, como elevou rapidamente sua dívida com o exterior e os encargos a pagar em dólares.

Divida externa dos países de Europa do Leste (1970-1987)

(Em bilhões de dólares)

ANO	1970	1976	1982	1987
BULGARIA	0,6	2,9	1,9	5,1
HUNGRIA	0,6	2,8	7,0	16,2
POLONIA	0,9	11,3	24,4	36,2
R.D.A.	0,9	5,2	10,7	10,2
RUMANIA	1,0	2,4	9,5	4,3
CHECOSLOVAQUIA	0,0	1,3	3,0	3,5
URSS	0,6	16,1	18,4	25,3

Fonte: Comisión económica para Europa de la Naciones Unidas, Cuadernos del Este nº 9 (Universidad Complutense, Madrid).

Em 1991, a dívida da URSS já atingira US\$ 91 bilhões. Outro fator foi a nova escalada da pressão armamentista desencadeada pelo governo Reagan e seu programa *Guerra nas Estrelas*. O novo surto armamentista nos EUA não se deu por uma questão de real necessidade de defesa, mas como opção de aumento das despesas públicas como forma de manter aquecida a economia e a demanda efetiva para suas indústrias. Evidentemente, isso pressionou mais uma vez os gastos de defesa na URSS, que se já eram pesados quando a economia se expandia, tornaram-se insuportáveis numa economia cambaleante. Assim, o efeito mais devastador sobre a economia soviética veio do que supostamente era o ponto forte do Estado soviético: o gigantesco complexo militar-industrial, basea-

do em um orçamento de defesa insustentável para a economia do país. Em termos absolutos, os gastos militares das duas potências eram equiparáveis.

Na medida em que a renda nacional da URSS, na época, era aproximadamente metade da dos EUA, essas despesas equivalentes, a "*paridade estratégica*", constituíam uma carga próxima a 15% da renda nacional soviética, enquanto implicavam menos de 7%, no mesmo *item*, para a economia norte-americana. Outras fontes chegam a estimar esse percentual entre 20% e 25% do PNB. Por volta de 40% de toda a produção industrial estava vinculada à defesa, e a produção de empresas cujas atividades se incluíam no âmbito do complexo industrial militar correspondia a 70% de toda a produção industrial. A produção de bens pelo setor civil era inferior à 10% da produção total das empresas ligadas ao setor militar. Os efeitos danosos causados por toda essa máquina não se restringem apenas ao seu peso relativo dentro da economia. O "complexo militar-industrial" desviava dos demais setores o melhor que tinha a URSS em termos de potencial industrial, humano e tecnológico, absorvendo a maior parte dos recursos e da capacidade criativa do país.

A corrida armamentista

1985	PIB (US\$ trilhões)	Despesas Militares (US\$ bilhões)	% DO PIB
EUA	4,2	258,2	6,0
URSS	2,1	277,2	13,0

A URSS desenvolveu tecnologias de ponta em várias áreas a partir de sua indústria espacial e de defesa. Esses conhecimentos, ao contrário do que acontecia nos países capitalistas, não se repassavam ao conjunto da economia, levando os demais setores a acumular um sério atraso tecnológico. Abriu-se um fosso entre dois sistemas tecnológicos cada vez mais distanciados e incompatíveis: o complexo-industrial-militar por um lado e a economia voltada à produção de bens de consumo de outro. Quais as razões desta obstrução? Em primeiro lugar, reinava no país e especialmente no complexo militar uma mentalidade de estado de sítio permanente, que fazia do segredo sobre essas tecnologias uma questão de defesa do país, obstaculizando sua difusão. Em segundo, a preocupação com a qualidade dos produtos destinados ao consumo, que exigiam a modernização do conjunto da economia, era mínima, o que tinha a ver com o tipo de interesses que guiavam os planos, que estavam longe de um planejamento voltado às necessidades dos consumidores e da população. A carga das necessidades de defesa contribuiu sobremaneira para o estrangulamento da ex-URSS. Enquanto a economia podia expandir-se, estes gastos puderam ser dolorosamente suportados. Quando a economia rumou para a estagnação, tornaram-se insuportáveis, contribuindo para seu colapso definitivo.

O país foi acumulando um sério atraso tecnológico em relação aos principais países capitalistas, que se refletia em baixa qualidade de grande parte da produção industrial, seja dos bens de consumo interno, seja dos exportáveis, que não apresentavam competitividade no mercado internacional. O atraso da ex-URSS na utilização da microeletrô-

nica e dos computadores simboliza o atraso tecnológico acumulado pelo conjunto da economia soviética, apesar da paridade no campo da pesquisa pura, até pelo menos a década de 1980: nas empresas de Zelenograd (o *Silicon Valley* soviético, nas proximidades de Moscou) a imensa defasagem tecnológica da indústria eletrônica soviética em relação ao ocidente saltou aos olhos, não obstante a alta competência técnica dos profissionais de ciência e engenharia. Em plena década de 1990, as empresas russas ainda não tinham condições de projetar chips de tamanho inferior a um micron, e suas “câmaras limpas” eram tão “sujas”, que eles não conseguiam nem mesmo produzir os *chips* que projetavam.

De conjunto, no início dos anos 1990, a indústria informática acumulava um atraso estimado em cerca de 20 anos, se comparada às congêneres americana e japonesa. É verdade que a URSS procurou desenvolver um arrojado programa de supercomputadores. Desde a década de 1940 havia pesquisas na área e a ex-URSS chegou a ter seu primeiro protótipo de computador ainda em 1950, apenas 4 anos após a construção do UNIAC, o primeiro computador americano. Com base neste protótipo, foi desenvolvida uma série completa de supercomputadores de grande porte, processo que atingiu seu auge em 1968, com a produção de uma máquina poderosa, o BESM-6. Essa foi, ao que parece, a última inovação importante da indústria de informática soviética. No mundo ocidental capitalista, o desenvolvimento da informática tomava o rumo da fabricação e utilização disseminada em todos os terrenos dos computadores, o mesmo processo que desbancou a IBM da dianteira da indústria de computadores. Os computadores soviéticos eram fabricados com objetivos militares específicos.

Apenas 35% das grandes empresas soviéticas (aquelas com mais de 500 trabalhadores) dispunham de computadores, enquanto nos EUA e Japão esse percentual já beirava os 100%. O atraso no que toca à utilização pela população era ainda mais acentuado. A URSS começou a ficar rapidamente para trás, começando uma corrida contra o tempo, contrabandeando o quanto podia computadores americanos e japoneses e tentando copiá-los, o que terminou por aumentar o atraso, uma vez que se deixava de lado seu desenvolvimento interno. Na infraestrutura doméstica de telecomunicações, também necessária à disseminação da informática, também havia atraso pronunciado, comparativamente aos principais países capitalistas.

No início da década de 1980, dirigentes soviéticos ainda se vangloriavam de que a produção da URSS era maior que a dos EUA em setores importantes da indústria pesada: 80% mais aço, 78% mais cimento, 42% mais petróleo, 55% mais fertilizantes, o dobro de ferro-gusa e cinco vezes mais tratores. Mas a questão da qualidade era contornada:

“Nosso país fabrica 4,5 vezes mais tratores que os Estados Unidos para obter um volume de produção vegetal inferior. Porém, por trator, produzimos perto de duas vezes menos apetrechos atrelados ou fixos, do que depende principalmente a eficácia de sua utilização”

constatava Aganbeguian em 1987. No terreno dos bens de consumo, a qualidade chegava a ser tão ruim, que muitas vezes, logo após a compra, os consumidores eram obrigados a procurar outros bens similares. A maioria dos aparelhos eletrônicos, como televisores, era produzida por empresas militares, como uma atividade derivada de sua principal ocupação. Não existia preocupação com a qualidade desses produtos, nem com a satisfação dos consumidores, se essas indústrias estavam voltadas para outro objetivo. A qualidade dos automóveis era igualmente baixa, se comparada aos modelos da indústria ocidental. Além disso, a reparação desses produtos ou os serviços domésticos implicavam em demora de muitos dias ou até meses, o que levava a população a

buscar o mercado negro serviços de serviços. Calcula-se que entre 15 e 20 milhões de soviéticos dedicavam-se à estas pequenas ocupações que os planos negligenciavam.

As grandes taxas de crescimento históricas na URSS, então, foram resultado da enorme disponibilidade inicial de fatores de produção; energia, matérias-primas e mão-de-obra, num modelo extensivo em que as mudanças técnicas e a busca de melhor qualidade tinham pouca importância. A questão da produtividade e da qualidade foi relegada a segundo plano, em função de grandes volumes de produção, ainda que isto implicasse baixa produtividade do trabalho, desperdício de recursos energéticos e matérias-primas e degradação ambiental acima do normal. O mesmo ocorreu nos demais países do Leste Europeu. Essas economias poderiam ser comparadas a típicas economias industriais em seus primeiros estágios de desenvolvimento. A distância em termos de produtividade e de poder aquisitivo dos salários, em relação às economias capitalistas, mais do que dobrou entre 1960 e 1990. A partir de meados da década de 1960 foi se esaurindo o modelo extensivo de produção que possibilitou o impressionante crescimento da fase ascendente, na medida em que os recursos se tornavam mais escassos. Alguns dos pilares do modelo extensivo de crescimento, como a expansão gradual de novos contingentes de trabalhadores incorporados à produção e a fácil disponibilidade de reservas energéticas e de matérias primas, foram desaparecendo: começou então uma fase de rendimentos decrescentes para os novos investimentos na economia, o que por sua vez os limitou, desacelerou o crescimento e o nível de inovações tecnológicas, levando à URSS para uma dinâmica de estagnação.

A sobrevivência da URSS frente ao progressivo esgotamento relativo de seus recursos, somados ao peso da corrida armamentista, exigia a rápida mudança do modelo de crescimento extensivo para outro modelo alternativo de crescimento, intensivo em tecnologia e informação, que aumentasse continuamente a produtividade, a qualidade dos produtos e a satisfação de sua população. Isso demandava que os planos econômicos incorporassem, antes das vontades e interesses dos dirigentes do estado, as necessidades e interesses da população, o que exigiria sua discussão democrática pela sociedade.

Mais de 200.000 preços de produtos eram fixados pelo Estado na URSS, ou seja, não seguiam qualquer "regra" do mercado capitalista. Em termos estritamente econômicos e científicos, tinha potencial a URSS para poder operar uma transformação de modelo em sua economia e no seu padrão tecnológico e de produtividade, que lhe permitisse seguir desenvolvendo-se? A segunda pergunta, essencial, é: se isso era possível, qual o entrave fundamental que impediu esse progresso? Mesmo depois de constatado o evidente atraso no campo da microeletrônica e da informática, não parece que fosse impossível à URSS, ainda que copiando tecnologia do ocidente, superar tal atraso, dado ao elevado nível técnico de seus engenheiros e cientistas. É perfeitamente conhecido o fato de que o Japão e seus fabricantes de componentes eletrônicos também copiaram, em seus primeiros estágios de desenvolvimento, a tecnologia americana, obtendo sucesso em estabelecer, em menos de duas décadas, certa paridade em áreas essenciais.

Mesmo sem a vigência dos mecanismos de mercado, o país experimentou um primeiro período de extremo dinamismo durante várias décadas. Qual a explicação para que o dinamismo tenha desaparecido posteriormente? A redução das taxas de crescimento, limitando os investimentos foi uma delas, bem como a drenagem de recursos para as necessidades de defesa. Mas a razão central não foi outra senão a gestão burocrática da economia, o regime político ditatorial, de repressão política e controle de informações, que concebiam os "planos" por cima e independentemente das necessidades da sociedade. Em todos os autores que pesquisamos, este elemento é uma constante. O engessa-

mento da economia e da tecnologia soviética estava relacionado à *dinâmica e lógica burocrática* dos planos.

O único elemento de dinamização (ou melhor, de estagnação) da economia soviética eram os interesses materiais particulares das burocracias de cada ministério na realização do “plano”, independentemente de qualquer racionalidade econômica. Persistia a desarticulação entre setores, a defasagem entre oferta e demanda para a maioria dos produtos, a ineficiência, a escassez de produtos de consumo básicos, ou seja, a disfuncionalidade geral da economia, causada pela gestão burocrática. Os exemplos são inúmeros: Ernest Mandel constatou que a gestão burocrática

“se caracteriza notadamente pelo fluxo irregular de aprovisionamento de matérias primas; pelas desproporções entre a produção, de uma parte, e o sistema de transporte e distribuição por outro, de outra parte causadas por decênios de investimentos insuficientes nesses dois últimos domínios”.

Muitas máquinas novas ficavam paradas nos estoques, seja por baixa qualidade, seja porque faltavam apetrechos necessários ao seu funcionamento. Na fronteira com a Polônia, milhares de toneladas de produtos eram perdidos todos os anos dentro de vagões, esperando a transferência, pela diferença de bitolas entre as linhas. Outro aspecto irracional inerente ao planejamento burocrático era a existência de inúmeras construções inacabadas, que povoavam todos os países do Leste. O ex-primeiro-ministro Rychkov, em 1986, trouxe a público que existiam mais de 300.000 projetos em vias de construção ainda não acabados. Alguns projetos permaneciam “sendo construídos” por até dez anos. A solução para a desorganização econômica, a permanente e necessária renovação tecnológica e a execução de um novo modelo alternativo mostraram-se incompatíveis com um regime de repressão política e de controle de informações por parte de uma burocracia conservadora. Na década de 1980, a guerra no Afeganistão, expondo o atraso das Forças Armadas soviéticas, potencializou todo esse descontentamento.

As tendências para a estagnação econômica no “campo socialista” se aceleraram com a crise econômica mundial, a partir de inícios da década de 1970, com a crescente dependência da economia soviética da economia mundial (o crescimento econômico da Europa oriental, por exemplo, estava cada vez mais atrelado aos mercados de exportação na Europa ocidental), ao passo que a própria crise capitalista mundial aceleraria a pressão das grandes potências por concessões econômicas e políticas da URSS e seus “satélites”: os “acordos” de Helsinque e Belgrado foram quase imediatamente posteriores ao reconhecimento declarado da existência de uma crise econômica mundial, com o chamado “choque do petróleo”. A passagem para a *perestroika* propriamente dita, e depois para uma política aberta de restauração do capitalismo, se deu em várias etapas, correspondentes ao aprofundamento da crise econômica e social, e através de sérias crises políticas. Durante os 15 meses de poder de Iuri Andropov, ex-chefe do KGB, foram demitidos 10% dos quadros do partido, 19 membros do CC, 20% dos secretários regionais do PCUS, um terço dos responsáveis de região e 34 dos 150 responsáveis de distrito (Cf. Medvedev, 1983). O informe oficial ao XXVII Congresso do PCUS (1986) mostrava a gravidade da crise:

“O incremento das inversões de capital na indústria caiu de 32% em 1976-80, para 16% em 1981-85. Os índices de crescimento na indústria registraram queda absoluta. Desde 1978 não aumenta a produção de carvão, desde 1983 a de petróleo (incluído gás); desde 1975 estagnou a exploração de madeira e desde 1978 a produção de ferro e magnésio”.

Os quadros que seguem ilustram a queda dramática da produção na URSS.

Crescimento anual da produção na URSS

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Eletricidade (bilhões de kwh)	63	73	39	52	37	57	30	31
Petróleo (milhões de toneladas)	32	29	26	26	14	17	6	4
Gasolina (bilhões de m ³)	28	32	25	26	35	28	30	36
Carvão (milhões de toneladas)	16	11	10	2	-5	-2	-12	14
Aço (milhões de toneladas)	5	4	2	3	-2	-2	1	-2
Maquinaria de metalúrgica (milhares)	6	1	5	0	-8	-14	-11	-10
Automóveis (milhares)	82	28	41	32	2	13	-3	-17
Grãos (milhões de toneladas)	-56	84	-28	41	-58	10	-31	29

Fonte: Marshall Goldman. *Gorbachev's Challenge. Economic reform in the age of high technology.* Nova Iorque, Norton, 1987.

Percentagem de crescimento por quinquênio

	1966-70	1971-75	1976-80	1981-85
Produto social global	43	36	23	20
Produto material líquido utilizado	41	28	21	17-18
Produto material líquido por habitante	33	24	18	15

Percentagem de crescimento anual

	1966-1970		1971-1975		1976-1980		1981-1985		1986-1990
	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano
Produto material líquido utilizado	8.9	7.1	6.7	5.1	4.7	3.8	3.4	3.2	3.5-4
Produto industrial bruto	8.1-8.5	8.4	8.0	7.4	6.3	4.4	4.7	3.7	3.9-4.4
Construção	—	7.4	7.5	6.2	—	2.1	—	—	—
Produto agrícola bruto	4.5	3.9	3.7-4	0.5	3.0	1.0	2.5	1.1	2.7-3
Rendas reais por habitantes	5.4	5.9	5.5	4.4	3.9	3.4	3.1	2.2	2.5-3
Investimentos	8.2	7.5	6.7	7.0	3.2	3.5	1.5-2	3.5	3.5-4
Produtividade industrial	6.0	5.7	6.8	6.0	5.5	3.2	4.2	3.2	4.2-4.8

Crescimento da renda nacional, dos investimentos e da produtividade do trabalho na URSS

	1951-1955	1956-1960	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1980	1981	1982	1983	1981-1985
Crescimento da renda nacional na URSS (%)	11.3	9.2	6.6	7.2	5.1	4.3	3.9	3.3	4.0	4.0	3.4
Crescimento dos Investimentos na URSS (%)	8.9	11.0	8.0	7.8	6.8	3.4	2.4	3.8	3.6	5.0	2.0
Crescimento da produtividade do trabalho na URSS (%)	—	—	4.5	5.5	6.2	2.8	2.5	2.5	1.9	3.5	—

Fonte: construído a partir de: Organização das Nações Unidas. *Estudo Sobre a Situação Econômica da Europa*, vários anos.

As mudanças na estrutura social de URSS provocaram também um fortalecimento da classe operária: uma das consequências da renovação foi a formação de um proletariado urbano hereditário. No quadro do “socialismo num país só” (ou “num mercado comum só”) o desenvolvimento econômico tendia a aguçar os problemas internos, e a tornar cada vez mais anacrônico o isolamento econômico, e também político e cultural, do “bloco socialista”. O caráter deletério da tendência para a integração no mercado mundial resultava da discrepância crescente entre o crescimento econômico do “bloco socialista” e o lugar cada vez menos significativo de URSS e do Leste europeu no comércio mundial, do qual era responsável por menos de 10% na virada dos anos 1950, percentagem várias vezes menor ao seu lugar na produção mundial global. A estagnação foi afetando até os setores de primeira necessidade, depois que a partir de 1963 a URSS se transformou em importadora absoluta de alimentos, com as primeiras compras de trigo dos EUA:

“Ao longo dos últimos 25 anos, o número de vacas leiteiras dobrou na União Soviética (crescendo proporcionalmente as despesas de forragem e de construção de edifícios), ao passo que se reduziu de 2/5 nos Estados Unidos. Paralelamente, a produção de leite por vaca na União Soviética passou de 72% da produção por vaca nos EUA para 38% hoje em dia”.¹

Os índices de crescimento da renda nacional davam uma ideia aproximada da estagnação da sociedade e da economia soviéticas, embora não refletissem o crescimento da diferenciação social (crescentes diferenças de renda entre as diversas camadas sociais).

Crescimento da renda nacional na URSS: média anual por quinquênio

Média anual por quinquênio	
1951-55	11.2%
1956-60	9.2%
1961-65	6.6%
1966-70	7.75%
1971-75	5.75%
1976-80	4.75%
1981-85	3.5%

Vejamos a situação no Leste europeu:

TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA NACIONAL							
ANO	51-55	56-60	66-70	76-80	83	85	87
BULGARIA	12,2	9,6	8,7	6,1	3,0	1,8	5,3
HUNGRIA	5,7	6,0	6,8	3,2	0,3	-1,4	2,0
POLONIA	8,6	6,6	6,0	1,2	6,0	3,4	2,0
R.D.A	13,2	7,4	5,2	4,2	4,6	5,2	3,5
RUMANIA	14,2	6,6	7,7	7,3	3,7	5,9	4,8
TCHECOSL.	8,1	7,0	7,2	4,3	2,3	3,0	2,0
LESTE CONJ	10,7	8,3	7,4	4,2	4,1	3,5	2,6

Fonte: Comisión económica para Europa de la Naciones Unidas, *Cuadernos del Este N°9* (Complutense, Madri).

Para enumerar os fatores principais que originaram a *perestroika* e, posteriormente, provocaram o colapso da URSS e do Leste Europeu, caberia mencionar a crise da gestão econômica e política da burocracia, a pressão crescente do capital mundial, ele próprio em crise de sobreprodução e, não menos importante embora menos conhecido (salvo nos casos espetaculares do Leste europeu), a resistência crescente dos trabalhadores. Depois de 70 anos de pretensa "construção do socialismo" a economia soviética se encontrava em profundo estancamento. A produtividade do trabalho era várias vezes inferior à dos países capitalistas; setores inteiros da economia eram completamente obsoletos, a quantidade e a qualidade dos artigos produzidos não conseguiam satisfazer a demanda social. As filas intermináveis continuavam sendo uma realidade cotidiana para a população. A União Soviética, apesar de reunir todas as condições naturais, não era capaz de satisfazer suas necessidades de alimentação.

Quando a quantidade de trabalho o de produtos devia ceder o seu lugar à qualidade, quando a produtividade do trabalho devia crescer, quando novos avanços só teriam sido possíveis através de novos métodos de trabalho e inovações, a gestão burocrática demonstrou-se um entrave para o desenvolvimento da URSS. O estancamento da URSS e dos outros "Estados socialistas", permitiu ao "bloco ocidental" desenvolver uma política de penetração, que objetivava claramente desagregar o planejamento econômico, o monopólio estatal do comércio exterior e a propriedade estatizada. A argumentação de que a propriedade e o planejamento estatais são incompatíveis com o progresso científico e tecnológico, no entanto, se apoia sobre uma falsa identificação do totalitarismo burocrático com o socialismo. O stalinismo foi o governo de uma casta privilegiada usurpadora do poder, cuja gestão econômica foi a antítese da planificação. As contradições de sua administração conduziram progressivamente a uma implosão geral do regime. A burocracia tinha transformado o plano em um sistema de metas que não podiam ser cumpridas, e de ordens sem sentido. A exigência de objetivos detalhados coexistia com o total descontrolo dos resultados. Essa gestão impunha simultaneamente o desinteresse dos produtores e a insatisfação dos consumidores, deteriorando a produtividade e generalizando o desabastecimento. A burocracia empurrou os trabalhadores a um estado de indiferença em relação a sua atividade.

Na ausência da propriedade privada dos meios de produção e do mercado da força de trabalho, a administração totalitária caminhou para o desenvolvimento de formas substitutivas de acumulação. Promoveu-se uma "acumulação primitiva" através do mercado negro, e a gestação paulatina de fortunas privadas através do desabastecimento e da feudalização do poder político. O plano econômico era uma ficção que encobria a dominação de uma casta interessada em converter-se em classe dominante. Sem democracia, a administração planificada foi ainda menos "transparente" do que o mer-

cado. Um plano que substituíria critérios de rentabilidade por normas de utilização social prioritária dos recursos, não podia desenvolver-se na ausência de consulta. Ele requeria a administração democrática dos trabalhadores e a eleição popular das autoridades. Em 1986, existiam na ex-URSS computadores de terceira geração, com um atraso de 10 a 15 anos em relação aos líderes mundiais da alta tecnologia.

Os países da Europa do Leste, além disso, tinham uma importante dívida externa que renegociavam mediante concessões aos “ajustes” recomendados pelo Fundo Monetário Internacional. Se a corrupção da burocracia dirigente tinha impedido que o nível de vida das massas soviéticas melhorasse, as bases sociais do Estado haviam permitido salvaguardar um mínimo de subsistência material, que se ampliou com o importante desenvolvimento social do proletariado. Uma possibilidade de eliminar os obstáculos seria a eliminação dos privilégios burocráticos, com um real funcionamento “soviético” da sociedade, e com o controle operário da produção. Porém, isso não era uma “reforma”, mas uma verdadeira revolução política. A partir de 1985, com a ascensão de Gorbachev, o PCUS elegeu um rumo oposto: desagregar a classe operária, reintroduzir o desemprego, reduzir de modo crescente os salários, sob pretexto de melhora da posição material de uma minoria dos assalariados, e introduzindo a competição entre os operários. O objetivo fundamental e imediato era político: destruir a possibilidade de uma queda revolucionária do regime burocrático. O fantasma dessa possibilidade já tinha virado uma realidade na Europa oriental. Assim o reconheceu o chanceler da *perestroika*: em 1980-81, na Polônia, surgira “um movimento apoiado pela classe operária e a *intelligentsia* que constituiu uma verdadeira ameaça, capaz de desestabilizar o poder”. O mesmo autor reconhece que a burocracia do Kremlin carecia de condições, internas ou internacionais, para intervir militarmente (como o tinha feito em Berlim 1953, Hungria 1956 ou Tchecoslováquia 1968): o golpe de Jaruzelski, então, “salvou” à Polônia.

Quase um ano e meio depois das formidáveis greves encabeçadas pelos estaleiros do Báltico, que impuseram o reconhecimento das organizações operárias independentes à burocracia, a única instituição desta que ainda permanecia de pé -o Exército- lançou o golpe destinado a inaugurar sua contraofensiva. Com uma ferocidade própria das piores ditaduras militares, os agentes poloneses da burocracia do Kremlin lançaram uma verdadeira matilha humana contra o movimento operário organizado. As cidades do país inteiro foram cercadas, foi proibida a circulação de pessoas. Grupos paramilitares especialmente treinados - o *Zomo* e o *Wow* - com um armamento superior ao do exército regular saíram à caça dos militantes do Solidariedade. Foi decretada a pena de morte frente ao menor desacato. Para alojar os milhares de prisioneiros, foram abertos “campos de internamento”, sendo aproveitados inclusive terrenos dos antigos campos de concentração nazistas. A analogia com o nazismo não se esgotava aí: as rádios começaram a divulgar comunicados denunciando um suposto “complô judeu” do qual supostamente o Solidariedade fazia parte.

As paredes encheram-se de decretos do “estado de guerra” e da lei marcial: sobre eles os trabalhadores picharam em alemão –“*bekanntmachung*”- palavra com a qual invariavelmente começavam os decretos das tropas de ocupação nazistas. E sabiam muito bem o que faziam. Enquanto os governos ocidentais, defensores da “democracia”, e o Vaticano declaravam, com diversos matizes, que o golpe era “um assunto interno da Polónia”, os operários poloneses colocavam os pingos nos “ii”: no dia 15 de dezembro, uma terça-feira, os estaleiros de Gdansk amanheceram ocupados com faixas que denunciavam: “Jaruzelski traidor - agente dos russos”. Já no dia seguinte ao golpe, o *Pravda*

russo expressava sua satisfação. Mas a participação do Kremlin no golpe esteve longe de ser meramente literária. Naquele exato momento, seus navios militares patrulhavam, conjuntamente com os dos poloneses, as costas do Báltico. Trinta divisões do exército russo acantonaram-se na fronteira polonesa para cobrir qualquer eventualidade. Um de seus chefes - o marechal Kulikov, comandante-em-chefe do Pacto de Varsóvia - esteve presente poucos dias depois em Varsóvia para supervisionar diretamente o desenvolvimento das operações repressivas. Algumas destas, segundo testemunhos diretos vindos da Polônia poucos dias depois do golpe, foram simplesmente dirigidas por oficiais russos com uniforme polonês. O general Jaruzelski e seu "Conselho Militar de Salvação Nacional" não foram mais do que a fachada de um golpe teleguiado pelo Kremlin. Todas as manobras de uma "frente de entendimento nacional" com o Solidariedade, impulsionadas durante meses pelo PC polonês, o POUP, com o apoio direto da Igreja mostraram o que realmente eram: uma cobertura de uma política de provocações contra a classe operária (desabastecimento, fome, carestia, racionamento) e de preparação de um golpe militar, que atendia aos apelos do *Pravda* no sentido de "adoção de medidas decisivas contra o Solidariedade". Foi a Igreja que convenceu Walesa a não emitir um chamado à resistência geral: ele foi premiado com a concessão do Prêmio Nobel da Paz.

Estava aberto o curso político internacional que levaria, três anos depois, a adoção da *perestroika* pelo CC do PCUS, em abril de 1985. A diferenciação que a política de Gorbachev introduziu no aparato burocrático não dividia águas entre os defensores do socialismo e os agentes do capitalismo. A origem das tensões na burocracia se devia mais à percepção de que a nova política produziria grandes tensões sociais e, de outro lado, a que nela sairia prejudicada a burocracia "ministerial" e favorecida a "empresarial". O imobilismo de Brejnev tinha pretendido conter este curso de cisão social, mas o esgotamento e o impasse político que sua paralisia política acentuou acabaram por tornar iminente uma verdadeira explosão social: a ameaça ao regime "socialista" burocrático provinha dos trabalhadores.

Gorbachev tomou então a iniciativa, antes que o despertar político se transformasse em uma poderosa erupção. A *perestroika* foi a pretensão de abandonar uma economia que até certo ponto era dirigida (pois também existiam mecanismos de mercado) em favor de uma economia de mercado, onde o fundamental seria devolver à força de trabalho seu caráter de mercadoria. Em *A Revolução Traída*, Trotsky, ao definir o que seria a primeira etapa de uma restauração capitalista na URSS, tinha dito que, em primeiro lugar, os grandes conglomerados econômicos iriam adquirir independência, ou iriam entrar em contato entre si para gerir seus próprios negócios. Em segundo lugar, entrariam em contato independente com o mercado internacional e, numa determinada etapa, iriam pôr em discussão a planificação e a possibilidade de restauração da propriedade privada. A *perestroika*, através da "Lei de empresas do Estado", deu um golpe mortal ao monopólio do comércio exterior e a planificação central. Faltava atacar a economia nacionalizada. Já em novembro de 1986, isto é, antes da lei mencionada, foi aprovada a Lei sobre Atividades Individuais, e a posteriori, em maio de 1988, a Lei sobre Cooperativas. Ambas leis facilitaram o surgimento de um grande número de empresas privadas. A Lei sobre Cooperativas, por um lado, permitia a formação de empresas privadas, de três ou mais sócios, sob a forma de cooperativas de produção, e por outro, autorizava estas empresas a estabelecer relações com outras de dentro e fora da URSS. Respalçadas por esta lei, a expansão das cooperativas foi muito grande no comércio varejista, o artesanato e os serviços de consertos, de tal forma que já em 1989 existiam mais de 200.000 cooperativas com 4,8 milhões de afiliados, a maioria dos quais eram, de

fato, assalariados de empresas particulares.

O que propunha Gorbachev era o contato direto entre as grandes corporações econômicas e industriais com o capital estrangeiro, a eliminação da propriedade estatal agrária, e a privatização das empresas. A *perestroika* permitiu, no entanto, a convergência entre o setor “reformista” da burocracia dirigente e a antiga oposição intelectual “democrática”. Os representantes da primeira deram explicações brutalmente simplistas para os problemas acumulados do passado: “Somos testemunhas hoje de uma revisão da visão muito simplista do socialismo, que se formou sob a influência dos radicais de esquerda, os quais sonhavam com uma economia única o monolítica” (Aleksandr Tsipko); ou “acredito que será necessário que passe mais de uma geração para se compreender quem é o culpado: gente perversa, as tradições nacionais, o azar histórico, ou a maldição divina pelos pecados que cometemos (*sic*)” (Viktor Shmeliov).

O objetivo da “abertura” foi o de fornecer as bases para uma política de restauração gradual do capitalismo, ampliando a base social do setor reformista (e estreitando a dos setores refratários). Tinham-se à vista os resultados obtidos na Europa oriental, especialmente na Hungria, onde, no entanto, este processo já dava sintomas de crise. A *perestroika*, com sua ênfase na eficiência, na descentralização e nas reformas econômicas, foi feita à medida dos administradores, era sua criatura. A perspectiva de que uma “grande coalizão” a *la húngara*, uma frente única burocracia reformadora-oposição democratizante, se transformasse na base política estável de um regime de transição, foi sendo minada pela profundidade da crise econômica e pela mobilização política das massas, com o grande exemplo de 1989 na Europa oriental. O processo se estendeu para as nacionalidades na Federação Russa e na URSS, derrubando governos ou forçando a drásticas mudanças (como a rápida ascensão política de Yeltsin na Federação Russa).

É abusivo, de qualquer modo, apresentar “1989” (a queda do Muro de Berlim e os levantes populares na Europa oriental) como convergindo naturalmente com a política impulsionada pelo ocidente capitalista. Na verdade, os governos das grandes potências ficaram surpresos pelos levantamentos sociais e a crise política do Leste europeu e da URSS. Para uma revista dos *think tanks* norte-americanos “a repentina reversão das relações (EUA-URSS) agiu bruscamente, sem um sentido ou uma direção clara, pelo menos para o lado americano”. A crise econômica da URSS combinou-se com a crise da política externa do Kremlin, que teve um ponto culminante com a queda do Muro de Berlim (novembro de 1989), e com a rebelião popular na Romênia contra a ditadura de Ceaucescu, que evidenciaram o fracasso da política de concessões democráticas graduais no “bloco socialista”: a substituição do odiado Erich Honecker pelo “reformista” Egon Krenz não fez senão precipitar os acontecimentos.

A “crise dos refugiados” de 1989, que obrigou à renúncia de Honecker e a realização de uma *perestroika* alemã, foi orquestrada pelo Kremlin em colaboração com os EUA e a RFA. Gorbachev deu pessoalmente seu último empurrão -quando participou das comemorações do quadragésimo aniversário da RDA, no dia 7 de outubro- com sua declaração cuidadosamente calculada de que “a própria vida castiga aqueles que se atrasam”, com o vazamento da informação de que ele dissera a Honecker que as tropas soviéticas não seriam usadas para a repressão interna e, segundo fontes alemãs ocidentais bem informadas, com o seu direto encorajamento para que pessoas como Egon Krenz e o chefe do Partido em Berlim, Gunter Schabowski, procedessem à deposição de Honecker. A abertura da fronteira pelas autoridades húngaras, em setembro de 1989 - que fez com que cerca de 15 mil alemães orientais cruzassem a fronteira nos primeiros três dias, e 50 mil até fim de outubro - foi o catalisador final da revolta na RDA. Embora o movimen-

to oposicionista tenha gerado uma crise maior de setembro a novembro de 1989, da qual a queda do muro de Berlim foi a consequência imediata e o auge, ele não era um movimento revolucionário, mas sim reformista: a RDA, menos de um ano após a queda do muro, foi literalmente "anexada" à República Federal da Alemanha, no processo denominado de "reunificação alemã", considerado como findo a 3 de outubro de 1990, quando se realizou a união monetária.

Bem antes da queda do muro, já havia abalos na RDA, onde passou-se a acreditar na possibilidade de mudanças no país, iniciando um processo de organização de grupos de oposição (movimentos civis, partidos políticos, agrupamentos políticos e sindicais, uniões de artistas) e de organização de manifestações, que se tornavam cada vez mais numerosas e articuladas. Além disso, a decisão da Hungria de abrir suas fronteiras (decorrente do processo de "abertura" do país) possibilitou uma fenda no muro de Berlim e um aumento sem precedentes da onda de refugiados alemães orientais, recrudescendo sobremaneira a crise do SED (partido stalinista da RDA). Segundo o sociólogo alemão-oriental, Detlef Pollack, a emigração e as manifestações de protesto contra o regime "trabalharam em intensa harmonia e reforçaram-se mutuamente, conseguindo em conjunto levar ao colapso do regime". O dia da abertura do muro de Berlim foi caracterizado por Timothy Garton Ash como "a maior festa de rua do mundo". Aproximadamente 2 milhões de berlinenses orientais passaram para Berlim Ocidental, a maior parte só para visitar e conhecer a cidade e cumprimentar os berlinenses ocidentais.

Na própria URSS, um novo sujeito se fez presente na crise com a inevitável entrada em cena do proletariado soviético, até então mantido em situação de atomização política, e que protagonizou, no mesmo ano de 1989, na bacia mineira de Kuzbass, uma greve de características políticas. A composição social da URSS tinha experimentado uma enorme mudança desde o período do stalinismo.

Composição da população da URSS por classe social (%)

	1913	1928	1939	1959	1970	1979	1986
Trabalhadores e empregados	17.0	17.6	50.2	68.3	79.5	85.1	87.9
Trabalhadores manuais	14.6	12.4	33.7	50.2	57.4	60.0	61.7
Empregados	2.4	5.2	16.5	18.1	22.1	25.1	26.2
Produtores agrícolas coletivizados	—	2.9	47.2	31.4	20.5	14.9	12.1
Camponeses individuais	66.7	74.9	2.6	0.3	—	—	—
Proprietários	16.3	—	—	—	—	—	—

Fonte: Richard Sakwa. *Soviet Politics*. Londres, Routledge, 1990.

O estudioso da sociedade soviética Jean Radvanyi tinha chamado a atenção para o fato de que "contrariamente ao que indicam as estatísticas, uma parte reduzida, mas não desprezível, da população trabalha no setor individual, que constitui para muitos a fonte principal de produtos": um índice de decomposição econômica, na medida em que "oficialmente" o trabalho individual era quase inexistente. A crise da *perestroika* significava o reaparecimento do proletariado soviético, num quadro social explosivo, com manifestações de guerra civil, em especial nas repúblicas asiáticas. Em 1990, previam-se

16 milhões de desempregados na URSS em 1995, um cenário de catástrofe para uma economia que até então garantia o pleno emprego. A nova força do movimento operário soviético ficou provada pela extraordinária greve mineira de meados de 1989, sobre a qual a grande imprensa fez constatações como as que seguem: “os mineiros praticamente governaram Kuzbass”, “as assembleias foram ininterruptas”, “o que mais chamou a atenção foi a autonomia política dos operários. Foram os próprios mineiros que prepararam os discursos e organizaram os comitês”. Na *Declaração aos Trabalhadores da URSS* dos mineiros de Vorkuta em greve (de outubro de 1989) se dizia: “A experiência das greves econômicas demonstra que se não se aplica um golpe decisivo ao sistema burocrático-totalitário, não faz muito sentido colocar reivindicações econômicas”.

Os acontecimentos políticos posteriores, em especial a declaração unilateral de independência das repúblicas, expressaram o crescente esvaziamento do poder burocrático-reformista. Em diversas regiões da Federação Russa, a situação beirava a revolução ou a guerra civil (como na disputa entre Armênia e Azerbaijão por Nagorno-Karabaj). Como consequência do crescente vazio de poder, várias repúblicas se apressaram em proclamar a independência: tratou-se, no fundamental, de uma medida preventiva ante a brusca falência do poder central. Nesse quadro de decomposição geral, e tendo como estopim a anunciada renegociação do “Tratado da União”, que demarcava o próprio quadro institucional da URSS desde a sua criação (em 1922), produziu-se o falido golpe da KGB, cujo fracasso em tomar o poder não lhe impediu provocar a queda do regime de Gorbachev e, imediatamente depois, a proclamação do fim da URSS, substituída “provisoriamente” pela CEI (Comunidade dos Estados Independentes), dentro da qual as repúblicas gozariam de plena independência.²

Com a derrota do golpe militar, os acontecimentos entraram numa nova etapa. O velho regime burocrático, completamente esgotado, foi substituído por um novo regime de caráter restauracionista (em relação às conquistas da revolução de 1917). O velho aparato estatal da URSS quebrou-se, com a queda do partido comunista e da KGB. Em seu lugar montou-se um sistema estatal armado de retalhos. A União Soviética, enquanto unidade estatal efetiva, deixou de existir. Embora a propriedade dos meios de produção continuasse em mãos do Estado, este dado estava vazio de conteúdo desde o momento em que regime político declarava e punha em prática a restauração do capitalismo. O desencadeamento do golpe militar constituiu uma manifestação cristalina de que o velho regime burocrático não podia já governar como vinha fazendo, que havia esgotado seus recursos muito além de qualquer limite.

O golpe militar teve um caráter tipicamente “korniloviano”: o golpe tinha sido tramado pelo próprio poder oficial, quem ficou isolado devido às suas vacilações. Fazia tempo que Gorbachev tentava governar com leis de emergência e poderes de exceção, e que havia colocado como detentores do poder homens decididos a passar à “ação direta”. Não foi casual que 90% de seus ministros apoiassem o golpe. Gorbachev era extremamente consciente da necessidade de estabelecer um regime bonapartista (sobre as frações em luta). O próprio Gorbachev relata que propôs um acordo aos golpistas, quando estes estavam prestes a detê-lo (“Lhes proponho uma reunião no Soviet Supremo e do Conselho, e resolvermos tudo aí”) (Gorbachev, 1991). Porém, a divisão entre os golpistas foi mortal para a sorte do golpe. Embora a imprensa tivesse apresentado os golpistas como uma força uniforme, o certo é que sua composição interna era extremamente heterogênea. Dentre os pontos colocados pelo “Comitê de Emergência”, apenas um realizava a unanimidade das opiniões, aquele que se referia à necessidade de adotar medidas de exceção para restabelecer as relações verticais e horizontais entre os distintos seg-

mentos da economia e da indústria. Aparentemente, fora desse acordo, que implicava na militarização dos trabalhadores em greve, no resto as divergências eram grandes, em especial no relativo ao restabelecimento, pela força, dos vínculos econômicos entre as diferentes repúblicas. Os jornais coincidiram na apreciação de que o golpe fora precipitado pela iminente assinatura do novo "Tratado da União", que contemplava um precário arranjo na distribuição das funções econômicas e legais dentro da URSS. Porém, essa oposição ao Tratado da União parece ter sido o calcanhar de Aquiles do golpe pois, para o exército, esse Tratado era provavelmente a última possibilidade de salvar a unidade do Estado. O golpe foi, por isso, essencialmente, um golpe da KGB, não das Forças Armadas. Fazer retroceder os acontecimentos ao período precedente significava incubar a guerra civil. A falta de homogeneidade dos golpistas se manifestou de forma mortal na hora das operações. A divisão dos golpistas se transformou em fatal como consequência da resistência popular.

As grandes potências mantiveram, até o falido golpe, uma política de conservação da unidade da URSS, mas no marco de um novo Tratado. Um informe do FMI sobre a URSS, de inícios de 1991, defendia as propostas de centralização em matéria monetária - o contrário do que previa o Tratado cuja assinatura foi suspensa pelo golpe. Posteriormente, as próprias potências capitalistas seguiriam uma política errática e heterogênea, principalmente com relação aos conflitos armados no interior da ex-URSS e do antigo "bloco socialista". No campo das relações econômicas, algumas mudanças se processaram com extrema rapidez:

Empregos por tipo de propriedade (em milhões)				
ANO	1990	1991	1992	1993
Total de empregos	75.3	73.8	72.0	71.0
Setor estatal e municipal	62.2	55.7	48.2	41.5
Empresas com propriedade mista	3.0	7.5	8.3	12.1
Organizações sociais	0.6	0.7	0.6	0.5
<i>Joint ventures</i>	0.1	0.1	0.2	0.3
Setor privado	9.4	9.8	14.7	16.6
EXPANSÃO DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS PRIVATIZADAS				
ANO	Novas propriedades privatizadas		TOTAL	
1990	4.430			
1991	44.581		49.013	
1992	133.774		182.787	
1993	87.213		270.000	
1994	9.000		279.000	
PRIVATIZAÇÃO DAS MORÁDIAS				
ANO	Privatização		TOTAL	
1989	10.000		10.000	
1990	43.000		53.000	
1991	122.000		175.000	
1992	2.613.000		2.788.000	
dez. 1994	241.000		10.975.000	

Fonte: Aslund, Anders. *How Russia became a market economy*. The Brookings Institution, Washington, 1995.

Consultado em finais de 1991 acerca dos acontecimentos da URSS e do Leste europeu, o cientista político alemão Claus Offe respondeu:

"O fato histórico e singular dos eventos na URSS possui dois aspectos a serem salientados; primeiro, que não houve nenhuma teoria, nenhuma estratégia que previsse esses acontecimentos... o

segundo é a impossibilidade de se construir alguma teoria sobre os acontecimentos”.

Em *A Revolução Traída*, porém, Trotsky tinha exposto as bases de uma teoria acerca do burocratismo estatal “socialista”. A teoria que atribuiu à “superioridade científico-tecnológica” do capitalismo o colapso da URSS não resistiu a prova dos fatos: na medida em que o desenvolvimento científico-tecnológico existiu efetivamente na URSS, a restauração do capitalismo exigiu a depredação organizada dos sucessos alcançados: a fuga de cérebros, aniquilação da “massa crítica” de cientistas, desmantelamento dos institutos, pauperização absoluta dos acadêmicos, e leilão das inovações.

Que o problema da “identidade russa” fosse um drama, vários séculos de literatura o comprovam. Reduzir, porém, o problema do “fim do socialismo” a uma questão nacional russa (e de povos vizinhos) significa emancipá-lo de toda questão social e, principalmente, do contexto de crise internacional no qual se inseriu e se insere. Certamente não foi esse o enfoque prevaletente entre os historiadores, que preferiram, como Eric Hobsbawm, que “Lênin é certamente a grande vítima dos acontecimentos de 1989. O que ruiu foi o modelo bolchevique de socialismo, a perspectiva soviética das mudanças sociais e a herança da Revolução de Outubro, que até hoje não conseguiu se tornar parte integrante das tradições russas, sobrepondo-se ao mesmo tempo, e forçadamente, às várias identidades nacionais dos países do Leste”. Para Marshall Goldman, considerado um dos maiores especialistas em assuntos contemporâneos da URSS, “faltou a Gorbachev um *approach* compreensivo dos problemas”, o que explicaria o “sucesso” da *glasnost* e o “fracasso” da *perestroika*. Mas se já é difícil fazer um balanço do processo de decomposição do “bloco socialista” dividindo as políticas adotadas no seu decorrer, o que dizer quando se propõe que “os historiadores provavelmente julgarão que o golpe [de 1991] foi bem sucedido, muito mais incluso do que qualquer um podia antecipar, só que no sentido exatamente contrário ao desejado pelos conspiradores”. O colapso da URSS e do “bloco socialista” inscreveu-se no quadro da crise econômica mundial, e seu uso como arma ideológica pelo capitalismo não anula o fato de ter sido, desde as suas primeiras manifestações, e sem esperar a “crise russa” de 1998, um fator de aceleração daquela.

A crise econômica russa de agosto de 1998 marcou de novo os limites e as enormes convulsões nacionais e sociais da penetração capitalista na Rússia. Provocou uma crise no Banco Mundial. A falência russa provou, para parte dos círculos governantes ocidentais, que a “transição para o mercado” beirava o fracasso. A restauração capitalista, que já era dada como certa e como pressuposto em todas as considerações do período pós-1991, encontrou-se em um beco sem saída. O magnata britânico George Soros, e outros, tiveram que o admitir. Em outubro de 1999, um ano após a falência da Rússia e durante os últimos dias da transição de Ieltsin a Putin, a firma privada de inteligência *Stratfor* escreveu:

“Após anos de declínio, o flerte da Rússia com o capitalismo chegou a um ponto crítico. A experiência com o capitalismo de tipo ocidental entrou em colapso. A invenção do capitalismo russo, peculiar e selvagem, terminou em escândalo e descontentamento popular. Uma década de investimentos e ajuda externa tornaram a Rússia uma nação pobre. Escaldada por sua experiência no pós-guerra fria, a Rússia está agora em posição de fazer regredir o relógio da economia (...). A economia está em um estado tão crítico que a única opção viável é o retorno a alguma forma de planejamento centralizado”.

A “transição para o mercado” na ex-URSS não pode senão incorporar todas as tendências desagregadoras próprias ao mercado no quadro histórico do capital monopolista,

problemas que, longe de apresentar um caráter conjuntural, caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XX.

Notas

¹ Theodor Shanin. A agricultura soviética e a perestroika. Lua Nova nº 23, São Paulo, março de 1991. Sobre o atraso industrial soviético, ver: Amann, R. et al. The technological level of soviet industry. New Haven, Yale University Press, 1977.

² A independência das repúblicas soviéticas foi apresentada como uma revanche contra a centralização compulsória imposta por Lênin e o bolchevismo, na revolução de 1917 e na guerra civil ulterior (por exemplo: Catherine Samary e Enzo Traverso. La cuestión nacional en la URSS: fuerza y debilidad de una tradición marxista. Inprecor nº 77, Madri, julho 1990). Sem entrar no detalhe desse problema histórico, cabe apontar que a Revolução de Outubro concedeu a independência às nacionalidades oprimidas pelo Império czarista, e que Lênin se distinguiu, neste ponto, por defendê-la contra os que sustentavam ser essa uma concessão inadmissível ao nacionalismo. Stalin, mais adiante, acusou um já doente Lênin de “liberalismo nacional”, e foi justamente a questão nacional o motivo da ruptura Lênin-Stálin, e do pedido daquele, no seu “Testamento”, de exoneração de Stálin do seu cargo de secretário-geral do PCUS (cf. Villanueva, Javier. Lênin y las naciones. Madri, Revolución, 1987). Trotsky, exilado do stalinismo, declarou que a opressão nacional grã-russa era um fator de desagregação da URSS, e reivindicou a independência das nacionalidades da URSS, em especial da Ucrânia. A questão, portanto, não foi “descoberta” pela Profa. Hélène Carrère d’Encausse, que se tornou célebre na década de 1970 com seu livro *L’Empire Éclaté*, acerca da questão nacional da URSS (ver: Hélène Carrère d’Encausse. The Nationality Question in the Soviet Union and Russia. Oslo, Scandinavian University Press, 1995). A respeito, ver o artigo do marxista polonês Zbigniew Kowalewski: O fim da prisão dos povos. In: Osvaldo Coggiola (org.). Trotsky Hoje. São Paulo, Ensaio, 1991.